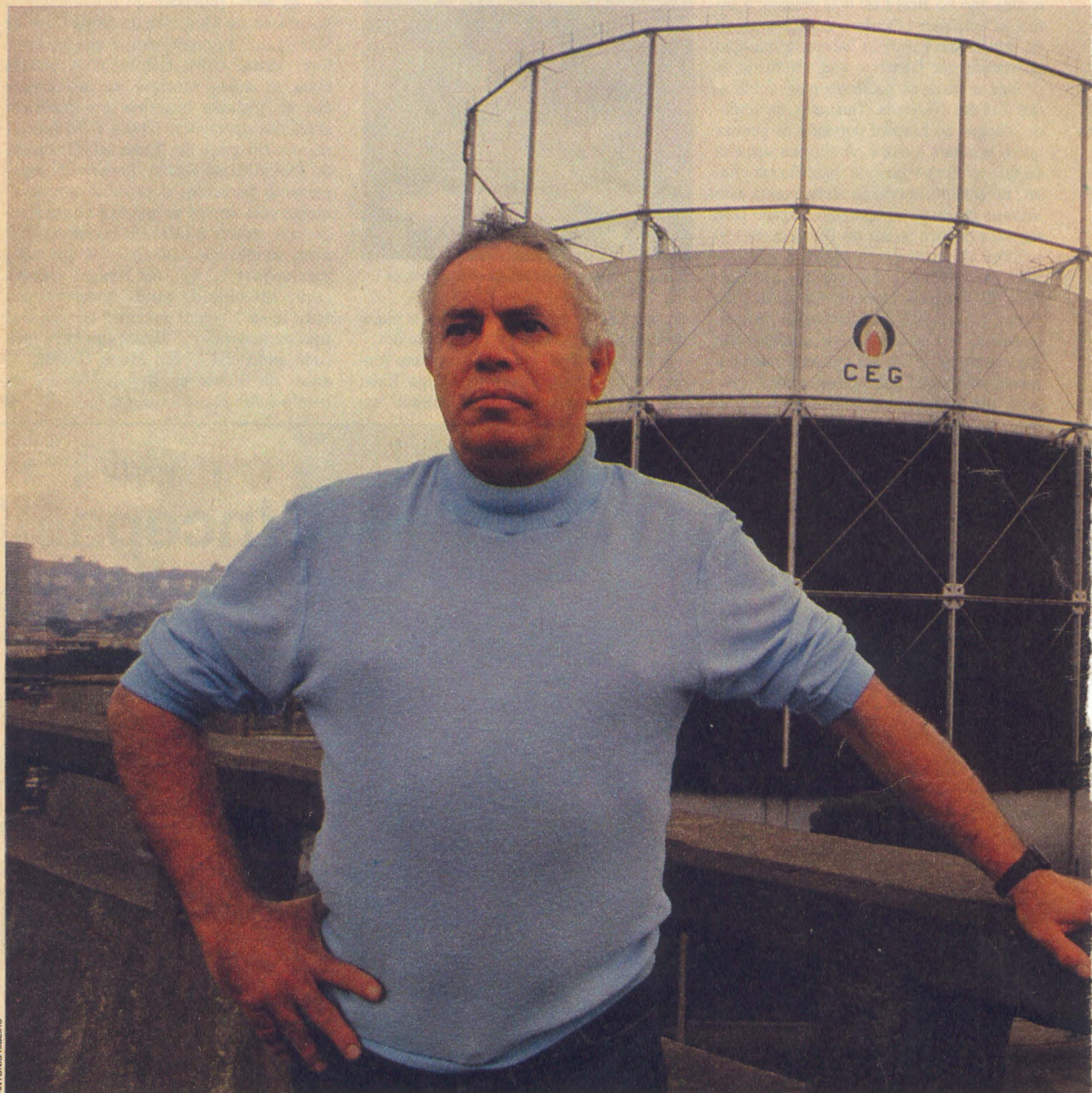


O homem que

Dezessete anos depois, surgem os detalhes do



ANTONIO RIBEIRO

disse não

dramático caso Para-Sar



Até junho de 1968, o capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, o “Sérgio Macaco”, era um atlético, risonho e loquaz pára-quedista da Primeira Esquadrilha Aeroterrestre de Salvamento — Para-Sar, um grupo de elite da Força Aérea Brasileira treinado para missões de busca e resgate na selva. Dezesete anos depois, o capitão Sérgio ganhou uma barriga pronunciada, deixou de voar, parou de saltar, perdeu o sorriso e, embora continue falante, tornou-se prisioneiro de um único assunto — o “caso Para-Sar”. Mudanças desse gênero costumam ser operadas pelo passar do tempo. No caso do antigo oficial pára-quedista, contudo, as transformações ocorridas em sua aparência e em seu temperamento resultam do fato de que, para ele, a vida parou em junho de 1968 — num episódio cujos desdobramentos acabariam gerando uma variante brasileira do histórico caso Dreyfus, que tanto abalou as Forças Armadas da França no início do século.

Naquela época, à frente de um punhado de oficiais, sargentos e cabos, o capitão Sérgio impediu que o Para-Sar fosse utilizado em missões ligadas à repressão política — e entrou em aberto confronto com o brigadeiro João Paulo Penido Burnier, então chefe de gabinete do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Márcio de Souza Mello. Punido com penas de prisão disciplinar e transferências para distantes paragens, proibido de pilotar e depois cassado pelo Ato Institucional n.º 5, embora nunca tivesse tido na vida nenhuma inclinação pela esquerda, Sérgio passou os dezessete anos seguintes concentrado num dos mais obsessivos esforços jamais empreendidos por um oficial brasileiro para obter sua reintegração nas Forças Armadas. Em 1979, compulsoriamente incluído entre os beneficiários da anistia, rechaçou-a. “Anistia é para quem cometeu crimes, e eu não cometi crime algum”, argumentou à época. “Quero que a injustiça que sofri seja integralmente reparada.”

Na semana passada, o capitão Sérgio preparava-se para viajar a Brasília levando esse argumento na bagagem e, no íntimo, a esperança de que ele afinal será encampado pelo governo. Ainda não se pode precisar a data em que Sérgio de Carvalho verá escrito o último capítulo de seu singularíssimo drama pessoal, mas há indícios de que esse epílogo começa a ser rascunhado no Palácio do Planalto. A cúpula do Ministério da Aeronáutica in-

O capitão Sérgio de Carvalho, na semana passada, em frente ao mesmo gasômetro que Burnier planejava explodir.



ANTONIO RIBEIRO

Burnier pensa nos netos

Aos 66 anos, o brigadeiro Burnier mora numa ampla casa no bairro carioca do Andaraí e dedica tempo integral à família. Em 1971, atingido pela expulsória que ele próprio criou,

Burnier foi reformado como brigadeiro-do-ar. Até hoje se recusa a falar sobre o caso Para-Sar — assim como o ex-ministro Márcio de Souza Mello (à esq.). A mulher de Burnier, Nilza, é quem responde por ele: “Queremos apenas viver em paz e cuidar de nossos filhos e netos”.

forma que, no momento, se procura uma fórmula capaz de reabilitar o capitão Sérgio sem que isso seja apresentado como condenação dos responsáveis pelo seu afastamento do Para-Sar.

HOMENAGEM — Nesta segunda-feira, é provável que o rosto freqüentemente atormentado do capitão Sérgio abra vaga para alguns sorrisos. Por decisão unânime da Assembléia Legislativa, ele receberá o título de cidadão honorário do Estado do Rio de Janeiro — uma evidência de que o longo ostracismo está chegando ao fim. “Vamos homenagear um herói que salvou o Rio de Janeiro do maior incêndio e da maior tragédia de sua história”, afirma o deputado Sidinei Navas (PDT), 40 anos, responsável pela iniciativa. “Não temos nenhum espírito revanquista, mas é necessário que o caso Para-Sar venha à tona com todos os seus detalhes”, diz Navas.

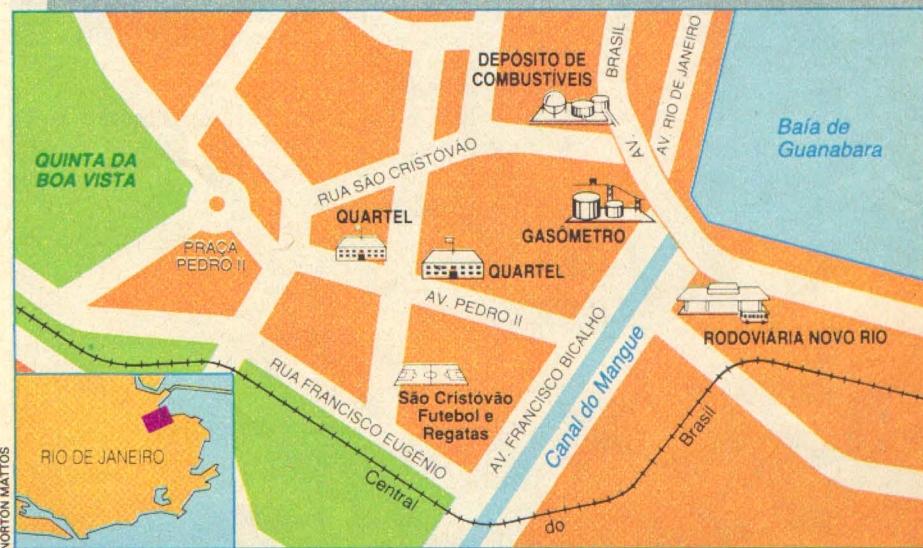
Tanto no caso Dreyfus como no caso Sérgio o que salta aos olhos é a espetacular injustiça cometida contra um oficial — mas, ao contrário do capitão Alfred Dreyfus, punido por falsas acusações e depois reabilitado, o capitão Sérgio de Carvalho foi castigado por recusar o cumprimento de uma ordem ilegal e até hoje aguarda a reabilitação. A história conta-

munhas dos incidentes contém detalhes que incriminam pesadamente seus superiores e, mais especificamente, o brigadeiro Burnier. Nela, o antigo chefe de gabinete do ministro da Aeronáutica planejava explodir simultaneamente o gasômetro do Rio de Janeiro — um formidável complexo de três reservatórios com capacidade total para 235 000 metros cúbicos, destinado a abastecer toda a cidade, plantado a curta distância da estação rodoviária, de um depósito de combustível

então em funcionamento e de dois quartéis hoje desativados (veja o mapa) — e a hidrelétrica de Ribeirão das Lages, a 78 quilômetros do centro do Rio. Segundo Sérgio, Burnier pretendia atribuir aos comunistas as explosões, que seguramente matariam milhares de pessoas e espalhariam o pânico pela cidade, e desencadear uma pronta sequência de represálias que incluiriam a execução de militantes esquerdistas e políticos como Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda.

Na semana passada, tanto o brigadeiro Burnier quanto o ex-ministro Márcio de Souza Mello, que daria mão forte a seu chefe de gabinete durante os desdobramentos do caso, recusaram qualquer viagem ao passado. “São versões mentirosas”, costuma dizer Burnier sempre que convidado a falar sobre o caso. “Coisa do passado é coisa morta”, resume Souza Mello. Bem mais desenvolto se mostram outros protagonistas desse neven-to episódio da história do Brasil, decididos a provar que, entre 4 de abril e 14 de junho de 1968, o país esteve prestes a viver uma sangrenta caça às bruxas. Eles sustentam que tanto as explosões quanto os assassinatos só não ocorreram graças à resistência movida pela esmagadora maioria dos integrantes do Para-Sar. O fato é que Burnier jamais chegou a emitir uma ordem formal para os assassina-tos que teria planejado — portanto, jamais será possível saber se tal ordem seria materializada.

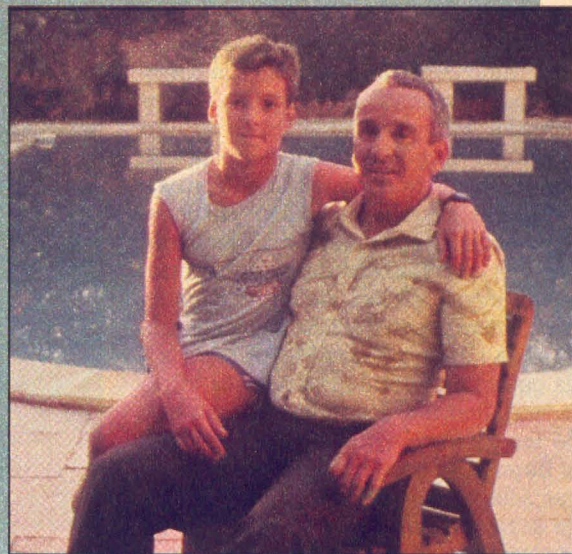
AÇÃO REPRESSIVA — “Lembro-me perfeitamente da madrugada daquele 4 de abril”, diz Herly Pinto Cabral, o “Cabralzinho”, então cabo do Para-Sar, hoje, aos 46 anos, reformado por motivos de saúde no posto de terceiro-sargento. “Todos estávamos atordoados com a



missão que tínhamos acabado de receber.” Segundo Cabralzinho, pela primeira vez o Para-Sar fora recrutado para uma ação repressiva. Seus integrantes, todos eles pára-quadistas e aquartelados no Campo dos Afonsos, em Marechal Hermes, na Zona Norte do Rio, teriam de infiltrar-se vestidos à paisana nas passeatas de protestos que os estudantes estavam promovendo. Misturados à multidão, deveriam colaborar na prisão de manifestantes, vigiar o alto dos edifícios e atirar contra quem arremessasse objetos sobre os policiais. Os homens designados para a operação deveriam portar identidades falsas, armas com os números que as identificam raspados, granadas defensivas e punhais.

Nos idos de abril de 1968, o Rio de Janeiro ainda amargava o impacto da morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, baleado num confronto entre manifestantes e policiais nas imediações do restaurante do Calabouço, e o país vivia o prelúdio da radicalização que logo resultaria numa crescente onda terrorista (veja quadro à pág. 58). A maioria dos homens do Para-Sar, todavia, movimentava-se num mundo inteiramente à parte, feito de ousadias humanitárias e rasgos de heroísmo, dentro de suas funções específicas de salvar vidas. Assim, muitos deles reagiram com perplexidade aos termos da missão, formulados pelo quartel-general da 3.^a Zona Aérea (hoje 3.^o Comar) e transmitidos ao grupo pelo brigadeiro Geraldo Labarth Lebre, então comandante da Escola de Aeronáutica. O Para-Sar efetivamente agiu durante os distúrbios ocorridos a 4 de abril. Não houve mortes, mas o grupo nunca mais seria o mesmo.

Naquela data, três homens que teriam seus destinos definitivamente atados ao



LUIS CARLOS DAVID

“A pátria estava em jogo”

Em 1968, o então capitão-médico Rubens Marques dos Santos, o Doc, foi o mais graduado oficial do Para-Sar a apoiar o capitão Sérgio de Carvalho. Por isso, foi punido

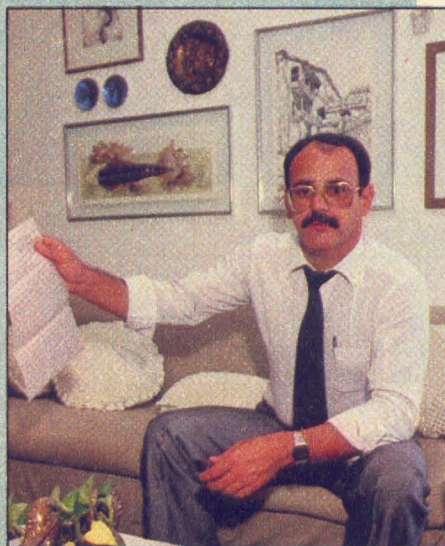
com oito dias de prisão e transferido para Campo Grande (MS). Passou para a reserva, em 1981, como tenente-coronel. Aos 52 anos, casado, três filhos, vive numa agradável casa com piscina em Campo Grande. “Resolvi cair junto com o Sérgio, porque a pátria estava em jogo”, diz.

caso Para-Sar estavam fora do Rio. O brigadeiro Burnier encontrava-se no Panamá a serviço. O capitão Sérgio passava suas férias em Manaus. O capitão-médico Rubens Marques dos Santos, o “Doc”, viajara para uma missão no Xingu. Sérgio e Doc repartiam a liderança do Para-Sar com o capitão Roberto Câmara Lima Ipiranga dos Guarany, o único do trio a testemunhar os incidentes de 4 de abril. Doc regressou do Xingu dois dias depois e foi informado do que se pas-

sara pelo major Gil Lessa de Carvalho, então comandante do Para-Sar. “Ele me contou os detalhes da missão, revelando inclusive a existência da ordem para matar”, conta Doc. “Segundo Lessa, todos ficaram tão assustados que combinaram ir às manifestações, mas não fazer nada”, diz Doc, hoje, aos 52 anos, médico em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. “Perguntei ao major Lessa por que não havia discutido aquelas ordens. Ele respondeu que ordens não se discutem. Aceitou tudo passivamente.” Mais tarde ficaria comprovado que Lessa estava de acordo com a mudança de rumos imposta ao Para-Sar.

Incomunicável por 25 dias

Considerado “líder” dos sargentos rebelados do Para-Sar, Gilson Tardivo Gonçalves, 40 anos, hoje economista, recebeu a maior pena entre os colegas de patente: 25 dias de prisão incomunicável. Logo depois foi cassado pelo AI-5. “Fiquei estarelecido com os planos de Burnier”, conta. Segundo o capitão Sérgio de Carvalho, um dos planos era explodir o gasômetro, levando pelos ares a rodoviária, dois quartéis e um depósito de combustível então existentes nas imediações (veja o mapa).



FERNANDO PIMENTEL

SESSÕES DE DOCTRINAÇÃO — O capitão Sérgio voltou de Manaus alguns dias mais tarde. “Encontrei um clima bastante pesado”, conta. “O ambiente estava tão carregado no Para-Sar que ninguém dizia o que havia acontecido, todos se limitavam a afirmar que ocorrera algo muito grave. Cheguei a pensar num acidente fatal com algum companheiro.” Sérgio ficou ainda mais intrigado ao encontrar em seu armário, colado num uniforme, um bilhete escrito pelo major Lessa — que não discutia ordens superiores mas, decididamente, não estava gostando nem um pouco do rumo que as coisas haviam tomado. “Os homens estão loucos”, di-

zia o recado de Lessa. “Querem nos transformar em meganhas assassinos. Vou entrar em férias e depois peço passagem para a reserva. Estou na Ilha do Governador. Para mim, basta.”

Burnier chegou ao Rio em meados de abril e, segundo Sérgio, não só aprovou os termos da missão confiada ao Para-Sar no dia 4 como resolveu ampliá-los para os eventos seguintes. Até então, conta Sérgio, ele era amigo de Burnier, com quem trocava idéias freqüentemente, e do ministro Souza Mello, que a cada quinze dias costumava convidá-lo para um almoço a dois numa sala ao lado do seu gabinete. Os laços que o ligavam a Burnier seriam irremediavelmente esgarçados numa semana de junho, ao longo de três encontros que Sérgio define como “sessões de doutrinação”.

Já no primeiro encontro, segundo Sérgio, Burnier abriu o jogo. O brigadeiro teria discorrido sobre a necessidade de salvar o Brasil dos comunistas, elogiado as habilidades dos homens do Para-Sar no trato com explosivos e sugerido uma escalada de atos terroristas que seriam atribuídos aos extremistas de esquerda. Esses atos começariam com gestos menos ousados e desembocariam na explosão do Gasômetro e da hidrelétrica de Ribeirão das Lages — o que deixaria a cidade sem luz e sem água, às voltas com milhares de mortos e feridos. “Então”, teria dito Burnier, “seria dado um basta aos comunistas. A cidade exigiria sua ca-



Perseguição no hospital

Enfermeiro, o cabo Herly Cabral, o Cabralzinho, era, em 1968, o braço direito do capitão-médico Rubens dos Santos no Para-Sar. Como seu chefe, Cabralzinho permaneceu solidário ao capitão Sérgio. Transferido para o Hospital Central da Aeronáutica, afirma ter tido seus passos seguidos nos corredores, durante vários meses,

ça a pauladas e eles seriam eliminados em no máximo seis meses.” Sérgio sustenta que, delicadamente, mostrou-se contrário às teses de Burnier. O brigadeiro propôs que voltassem a conversar alguns dias depois.

MARCADOS PARA MORRER — No segundo encontro, além de detalhar com maior entusiasmo e convicção as idéias da primeira conversa, Burnier teria desenhado um plano para a eliminação de quarenta líderes políticos ou militares. Segundo Sérgio, Burnier revelou que a lista seria anunciada aos encarregados

dos assassinatos em lotes de cinco nomes, sempre verbalmente. Os primeiros seriam os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, o ex-governador Carlos Lacerda, o então arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, e o general Olímpio Mourão Filho, um dos líderes do movimento militar de 1964. Àquela altura, o teor das conversas entre o capitão e o brigadeiro já havia ultrapassado as fronteiras do gabinete de Burnier. “Decidi contar a outros oficiais o que estava acontecendo, embora o Burnier tivesse dito que me chamaria de mentiroso e louco se eu falasse a alguém sobre aquilo”, diz Sérgio.

“Depois de cada reunião, o Sérgio contava a mim e ao capitão Guarany o que eles haviam conversado”, informa Rubens Marques dos Santos, o Doc. “Discutíamos as intenções do Burnier, e sempre concluíamos que não poderíamos assumir o papel de executores ou carrascos.” Segundo Doc, não havia qualquer objetivo político nessas confabulações a três. “Éramos defensores da revolução de 64 e do sistema militar, e naquela ocasião estávamos unidos e coesos ao lado dos comandantes”, lembra Doc. “Só que era impossível admitir planos daquele tipo.” O capitão Sérgio afirma que, depois de cada conversa, procurava também o brigadeiro Mário Pagliole de Lucena, pedindo-lhe que retransmitisse seu relato ao brigadeiro Itamar Rocha, diretor-geral da Diretoria de Rotas Aéreas, à qual o Para-Sar era subordinado.

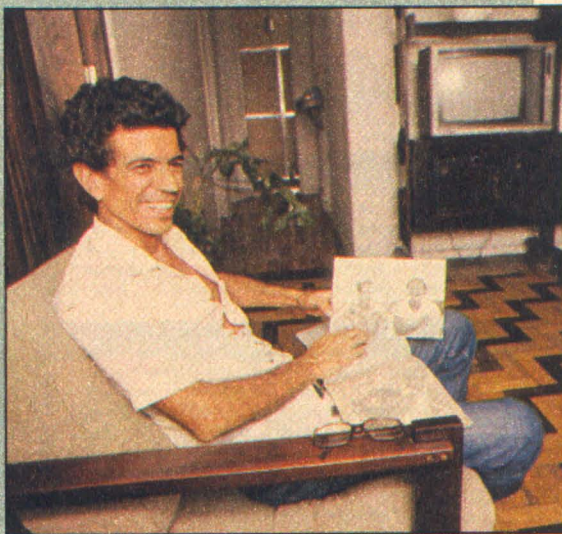
O terceiro encontro, afirma Sérgio, teria tido como involuntária testemunha o brigadeiro Roberto Hipólito da Costa, já falecido, que acabara de chegar do Panamá e teria entrado na sala por acaso. Sempre segundo o capitão, Burnier fez o elogio do método de lotar um avião com



O comandante guarda silêncio

Gil Lessa de Carvalho, 65 anos, comandante do Para-Sar de 1961 a 1977, costuma trair seu nervosismo ao ouvir falar do caso. “É tudo invenção”, repete. “Não aconteceu nada disto, esta história já morreu.” Reformado como coronel, Lessa mora atualmente na Ilha do Governador. Personagem-chave do caso Para-Sar, ele só admite falar sobre as missões de salvamento realizadas pela esquadrilha.

por um agente. "Muitos médicos queriam saber detalhes do caso Para-Sar", recorda. Hoje, após 26 anos de serviço, portador de hepatite crônica, está reformado com a patente de terceiro-sargento. Mora em Niterói com a mulher, Neuza, e três filhos. "Apesar das perseguições, não me arrependo de também ter dito não naquela época", garante Cabralzinho. "Foi um não com medo, mas firme. Hoje me orgulho quando olho para minha mulher e meus filhos."



FERNANDO PIMENTEL

comunistas e jogá-los no mar. No final da conversa, ao constatar que não conquistara o interlocutor para suas teses, Burnier se teria irritado. "Ele me perguntou se eu falava apenas por mim ou pelo grupo", diz Sérgio. "Respondi que aquela era a minha opinião pessoal, e ele comunicou que queria todo o Para-Sar reunido em sua sala dois dias depois." Por sugestão de Guarany, Sérgio apelou ao brigadeiro Lucena para que a reunião, marcada para 14 de junho, fosse suspensa. O apelo resultou inútil.

"UM BAQUE" — "Burnier não poderia realizar a reunião sem consultar o brigadeiro Itamar Rocha, que além de chefiar o órgão ao qual estava subordinado o Para-Sar tinha três estrelas, enquanto Burnier só tinha duas", observa Doc Santos. Só mais tarde Sérgio e Doc saberiam que o brigadeiro Lucena não repassara imediatamente a Itamar Rocha o teor dos planos expostos por Burnier. Assim, no começo da tarde de 14 de junho, um ônibus da Aeronáutica estacionou no Campo dos Afonsos para recolher os integrantes do Para-Sar, cerca de quarenta homens, entre oficiais, sargentos e cabos, e conduzi-los ao prédio do ministério, no centro do Rio de Janeiro.

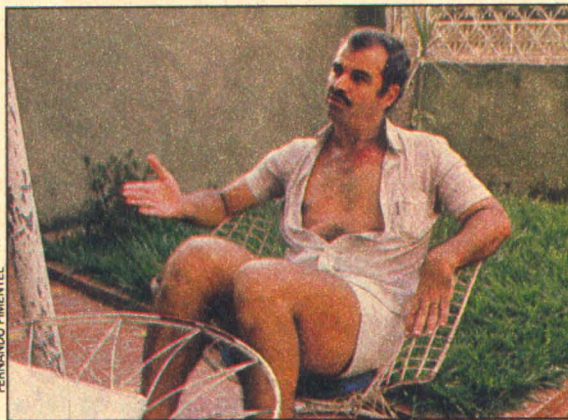
"Pensávamos que a reunião havia sido convocada para a escolha do pessoal que iria a Portugal fazer demonstrações de pára-quedismo", lembra o então segundo-sargento Alédio de Souza Gago, hoje com 46 anos, que continuou no Para-Sar e passou para a reserva há apenas nove meses, como suboficial. "Ficamos todos em pé na sala do brigadeiro Burnier e sentimos um baque quando ele começou a falar." O terceiro-sargento Gilson

Tardivo Gonçalves, hoje, aos 46 anos, reformado e trabalhando como economista e proprietário de uma empresa de apresentações no Rio de Janeiro, também estava presente. "A reunião começou de maneira muito estranha, com o brigadeiro dando voltas pela sala e socos na mão, sem dizer nada", recorda Gonçalves. Depois de alguns minutos de silêncio, Burnier ponderou que achava "muito difícil começar certos assuntos". Enfim, inaugurou a sessão com uma pergunta: "Quem aqui já matou gente?"

Antes que se ouvisse alguma resposta, Burnier enveredou por um desconcertan-

te monólogo. "Ninguém, não é? E quem garante que será capaz de matar alguém? Ninguém, não é? É claro que, para matar em tempo de guerra, é preciso ter treinamento para matar em tempo de paz. A pessoa precisa ter certeza de que a mão não vai tremer na hora da verdade... Há a necessidade de sentir na boca o gosto de sangue." Os oficiais e sargentos, assustados, ouviram em silêncio. Em seguida, o brigadeiro sustentou que alguns políticos, a começar por Carlos Lacerda, "deveriam estar mortos há muito tempo". Enfim, Burnier defendeu explicitamente a execução de assassinatos políticos por parte de integrantes do Para-Sar. Ele próprio daria as ordens e exigiria que fossem aplicadamente cumpridas. No princípio, admitiu, haveria constrangimentos. "Mas uma vez cumprida a primeira ordem", argumentou, "as demais seriam banalidades." Nessa reunião, Burnier não fez qualquer menção ao plano de explodir o Gasômetro e a hidrelétrica.

DESERÇÃO INESPERADA — Encerrada a exposição, o anfitrião quis saber o que pensava cada um dos convidados. Três homens disseram que estavam de acordo — o major Lessa, apesar do seu bilhete em que dizia que os superiores estavam "loucos", o capitão Loris Areias Cordovil e, para espanto e decepção de Sérgio, o capitão Guarany, seu amigo, confidente e defensor entusiasmado da pureza do Para-Sar. Naquela manhã, Guarany fora



FERNANDO PIMENTEL

A mágoa de Alédio

Alédio de Souza Gago era segundo-sargento no Para-Sar em 1968. Esteve presente à reunião no gabinete de Burnier e, mais tarde, foi um dos 36 membros da equipe a confirmar por escrito o que ouviu. Diz que o major Lessa, à época comandante da esquadrilha, tentou mudar seu depoimento. "Fiquei no Para-Sar apenas o tempo mínimo e pedi passagem para a reserva", conta Alédio, hoje um suboficial de 46 anos. "Fiquei magoado ao ver tantas injustiças cometidas."

2- Participei da reunião, compareci as palestras relativas do cap. Scipio. De que eu senti a sala que o paraq. não deveria ser empurrado também em missões especiais, inclusive para matar pessoas inconvenientes, dando em a impressão de que deviam ser políticos estas pessoas inconvenientes. O meu ponto de vista é de que o Para-Sar deve ser empurrado em missões especiais, menos não que tenha de matar alguém, a não ser em caso de guerra real.

19. SET. 68 Alédio Souza Gago - 25 Q 16. PZ

à casa de Sérgio para dizer-lhe que, acontecesse o que acontecesse, ficaria a seu lado. O primeiro homem a dizer não foi o capitão Sérgio de Carvalho.

— E o senhor, concorda ou não? — perguntou Burnier num tom de voz mais elevado.

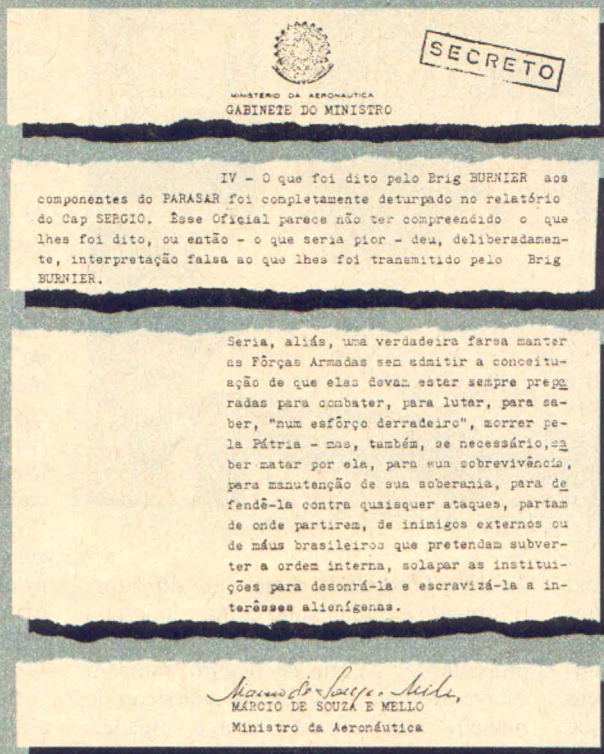
— Não — disse Sérgio no mesmo tom. Em seguida, o capitão afirmou que a tese do brigadeiro lhe parecia imoral e indigna de um militar de carreira.

— Cale-se! — berrou Burnier. — Não se estenda em considerações!

— Não, não me calo! — berrou também o capitão Sérgio. — E isso não acontecerá enquanto eu for vivo. O ministro ficará sabendo do que houve aqui.

Testemunha da tensa reunião, o sargento Alédio Gago afirma que um quarto homem concordou com Burnier antes do não do capitão Sérgio: o tenente João Batista Magalhães, que hoje nega até mesmo ter comparecido ao encontro. Alédio também informa ter ouvido a ameaça que Burnier, antes de voltar as costas ao grupo e deixar a sala, fez ao capitão que o desafiara. “O Burnier disse ao Sérgio Macaco que, dali em diante, ele sentiria todo o peso de duas estrelas”, lembra Alédio. Ainda hoje o sargento Gilson Tardivo Gonçalves se confessa estarecido com a cena que presenciou. “Eu me perguntei como é que um brigadeiro podia ter dito tudo aquilo numa reunião formal, com tanta gente”, recorda Gonçalves. “E concluí que aquele homem era uma besta.”

DIÁLOGOS TUMULTUADOS — Na ante-sala do gabinete do ministro, quando começava a conversar com o tenente-coronel Barata Neto, secretário do brigadeiro Souza Mello, Sérgio foi alcançado pelo capitão Guarany, que o abraçou chorando. “Me perdoe”, disse Guarany, “mas eu não tive sua coragem, Caquinho” (*diminutivo carinhoso de Macaco*). Sérgio afastou-o com um braço e cortou: “Não temos mais nada a conversar”. Sérgio tinha muito a conversar com Souza Mello, mas o ministro estava em Portugal. O brigadeiro Itamar Rocha viajara para Tóquio. Também estavam fora do Rio no dia 14 de junho o capitão Doc Santos, o sargento Cabralzinho e o sargento Pedro Klein,



O brigadeiro Itamar denunciou o caso Para-Sar ao ministro. Como resposta, recebeu um documento no qual o capitão Sérgio é acusado de “deturpar as palavras de Burnier”



todos destacados para missões na selva. De volta à base, eles logo saberiam que a temperatura subira muitos graus.

“Fomos chamados ao gabinete do major Gil Lessa”, depõe Pedro Klein, hoje com 50 anos, que passou para a reserva em 1982, como suboficial, e vive no Rio. “Ele nos informou que o chefe de gabinete do ministro, em reunião com toda a esquadrilha, havia dado ordens para fazermos missões especiais, inclusive matar, sem deixar a mão tremer e com gosto de sangue na boca”, conta Klein. “E frisou que, se não estivesse-

mos satisfeitos, deveríamos entregar o boné.” Cabralzinho, presente a essa reunião, confirma que Doc Santos tratou de deixar claro de que lado estava. “O Doc foi enfático ao falar sobre o funcionamento básico da esquadrilha, que era salvar e não matar”, recorda o sargento Cabralzinho.

Ele participou de uma segunda e tumultuada reunião entre o comandante Lessa e vários integrantes do Para-Sar. Nessa ocasião, o primeiro a contestar Lessa foi Gilson Tardivo Gonçalves, que a partir daí passou a ser considerado “líder dos sargentos rebeldes” por seus superiores fiéis a Burnier. “Viemos para cá com ideais humanitários”, ponderou Gonçalves. “Se for para ficar aqui e ser usado como polícia e agente secreto, vou entregar meu boné.” O capitão Doc Santos entendeu que chegara a hora de deixar o Para-Sar e pediu transferência para o Hospital Geral da Aeronáutica.

“Fui com o Sérgio ao hospital para uma conversa com o diretor, que era o brigadeiro Georges Guimarães, a quem contamos toda a história”, lembra Doc. “De repente, ele começou a esbravejar, de dedo em riste, dizendo que Burnier tinha razão e que comunista tinha mesmo de ser metralhado. Saímos dali estupefatos”, recorda. Sérgio decidiu então recorrer ao brigadeiro Délio Jardim de Mattos, um dos principais líderes da Aeronáutica e futuro ministro no governo João Figueiredo. Délio, depois de ouvir seu relato, concluiu: “Só há um homem capaz de seguir este abacaxi: o brigadeiro Eduardo Gomes”. Nesse momento, começaria a forjar-se uma das grandes frustrações da vida do legendário brigadeiro, uma espécie de patriarca da Aeronáutica, criador do Correio Aéreo Nacional e duas vezes candidato à Presidência da República pela UDN.

“SINDICÂNCIA RIGOROSA” — Informado do caso Para-Sar por Délio e Sérgio naquele mesmo dia, Eduardo Gomes, perplexo, pediu-lhes que voltassem na manhã seguinte acompanhados do brigadeiro Itamar Rocha. Nessa reunião, Eduardo Gomes recomendou que Itamar promovesse uma “sindicância rigorosa”. Itamar endereçou consultas individuais a quarenta integrantes do Pa-

ba-Sar. Apenas quatro, precisamente os oficiais que haviam dito sim a Burnier, negaram veracidade à história contada por Sérgio — todos os outros a confirmaram. Semanas mais tarde, Itamar encaminhava um minucioso relatório ao ministro, descrevendo o que ocorrera. O relatório provocou reação oposta à que se esperava. Em 11 de setembro de 1968 o ministro Souza Mello respondeu ao brigadeiro Itamar com um documento que fazia o elogio de Burnier e atacava asperamente seus críticos. Dias depois, as represálias se intensificaram. E, enquanto se sucediam transferências arbitrárias e prisões, oficiais fiéis a Burnier, como Lessa e Guarany, pressionavam sargentos para que modificassem os depoimentos que haviam concedido a Itamar Rocha.

Sérgio de Carvalho foi transferido para o Recife, Doc Santos para Campo Grande, Gilson Tardivo Gonçalves para Lagoa Santa, em Minas Gerais. Todos sofreram penas de prisão, aplicadas também a outros sete sargentos. Nenhum membro do grupo que se opôs a Burnier escapou a algum tipo de sanção. A exemplo de Sérgio de Carvalho, o hoje economista Gilson Gonçalves acabou cassado pelo AI-5. O brigadeiro Itamar Rocha foi afastado da Diretoria de Rotas Aéreas e submetido a quatro dias de prisão domiciliar. “Eu não gosto de falar nesse caso, uma das mais negras páginas de nossa história”, diz Itamar, hoje com 76 anos e ainda morando em sua casa no bairro do Grajaú. “São fatos que não me deixaram mágoa, mas sim uma grande decepção e muita tristeza”, informa o brigadeiro, que se acabrunha ao recordar “tão grande carência de princípios democráticos e cristãos, além de tanta arbitrariedade, violência e absoluto desrespeito à pessoa humana.” Entre os cerca de setenta integrantes do atual Para-Sar, ainda baseado no Campo dos Afonsos, restam apenas quatro testemunhas dos episódios de 1968, nos quais desempenharam papéis secundários.

Ninguém, entretanto, sofreria de forma tão brutal o desbaratamento do velho Para-Sar quanto o capitão Sérgio de Carvalho — mesmo depois da saída do ministro Souza Mello e do brigadeiro Burnier e da su-

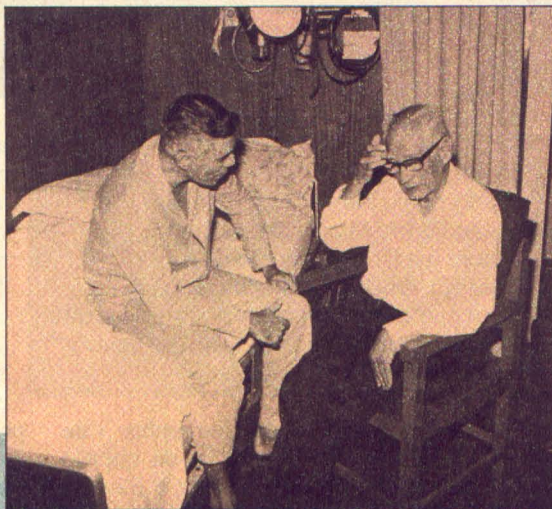
bida ao poder de outros governos. Apaixonado pela profissão, ele viajava em média 240 dias por ano e aos 37 anos, quando foi colhido pela guilhotina do AI-5, realizara centenas de missões e mais de 800 saltos. Era o que sabia fazer, era o que gostava de fazer — mas nunca mais voltaria a exercer essa atividade. Empurrado para a vida civil, foi convidado para assumir a presidência de honra de um aeroclube do Recife — mas ele não tardou a constatar que não poderia ser instrutor de salto, nem mesmo saltar. O convite colidiu com uma

portaria reservada do Ministério da Aeronáutica segundo a qual militares cassados “não podem manter adestramento aeroterrestre”.

SORTE NA LOTERIA — Um emprego que conseguiu na revista *Manchete* durou o tempo suficiente para que Burnier soubesse de onde vinham seus salários — logo foi demitido dali também. Depois, Sérgio escreveu roteiros para um programa de televisão. Em 1971, os ventos afinal pareceram soprar a favor — ele fez 13 pontos na Loteria Esportiva e, com o dinheiro do prêmio, fundou uma empresa de propaganda, a Podium. Dois anos mais tarde, assolada pela alta dos preços do papel, a empresa sucumbiu, e Sérgio tornou-se vendedor. “Vendi de tudo, de livros a brinquedos”, conta. “Tanques de guerra não vendi, mas tentei.”

Em 1979, à luta pela sobrevivência financeira somou-se a luta pela vida. Vítima de leishmaniose visceral, uma doença tropical que contraíra em consequência de suas missões na selva e que ficara incubada por dez anos em seu organismo e afetara severamente a circulação linfática, Sérgio permaneceu 130 dias internado no Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro. Seu peso desceu a 49 quilos, inquietantes para um homem de 1,76 metro de altura, mas salvou-se. Com a saúde de novo estável, e há três anos assessor técnico do Departamento de Administração dos Escritórios Centrais de Furnas, de onde está prestes a transferir-se para a superintendência comercial da ARSA, o capitão Sérgio de Carvalho tem podido concentrar-se em tempo integral à sua luta agora solitária. Ele vive para isso.

Nesse esforço obstinado, Sérgio teve a ajuda de dois grandes aliados — o brigadeiro Eduardo Gomes e o marechal Cordeiro de Farias. Pouco antes de morrer, em 1981, Eduardo Gomes repetia a amigos que levaria para o túmulo o desgosto de não ter obtido a reparação da injustiça sofrida pelo jovem amigo. Em maio de 1974, numa carta ao então presidente, Ernesto Geisel, Gomes fez uma ardente defesa do capitão Sérgio. “Se ele não tivesse procedido como procedeu”, argumentou o brigadeiro, “a revolução ter-se-ia perdido, irremissivelmente — desmoralizada, chafurdada em igno-



O brigadeiro Eduardo Gomes escreveu duas cartas ao governo em defesa de Sérgio, a quem visitou no hospital. A primeira não obteve resposta. A segunda, desistiu de enviar.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1974.

... pôde o Capitão Sérgio impedir fosse o PARA-SAR convertido, por um parâmetro, em Esquadrão da Morte, execrado instrumento de política-assassina, inimiga da Democracia, da Fraternidade de Cristo e da Dignidade Humana. É estranho e lamentável, que fosse aquele infeliz doente mental secundado, em suas ações delirantes e perversas, por alguns companheiros de farda descontrolados, prestígio dos e apoiados por um Ministro do Estado!

Rio de Janeiro, de dezembro de 1977

Permita-me trazer-lhe mais esta súplica - a última que o peso dos anos me consente, saída assim do Intimo da minha fé cristã - em favor do Capitão SÊngio Ribeiro Miranda de Carvalho.

Brig. Eduardo Gomes

minia, afogada num turbilhão de sangue de pessoas inocentes.” Em dezembro de 1977, Eduardo Gomes redigiu outra carta de teor semelhante, mas não chegou a remetê-la ao presidente. Durante a permanência de Sérgio no Hospital Samaritano, Gomes o visitou e fez questão de posar a seu lado para os fotógrafos.

ESPANCAMENTO E INVASÃO — Geisel fez chegar ao brigadeiro a informação de que não poderia reabrir o caso, sob pena de patrocinar um precedente que certamente animaria outras vítimas do AI-5 a reivindicar igual tratamento. Na opinião de Geisel, tudo ficaria mais fácil depois de extinto o AI-5 e decretada a anistia — então, a reabilitação integral do capitão Sérgio seria recebida com naturalidade. O marechal Cordeiro de Farias também pensou assim, e manteve a esperança de ver Sérgio reabilitado até morrer, em fevereiro de 1981. Familiares e amigos de Cordeiro de Farias associam os dois atentados cometidos em 1980, no Rio de Janeiro, contra sua neta Florence — que primeiro foi espancada por desconhecidos e depois teve sua casa invadida e saqueada — à intensificação do empenho do marechal em trazer à tona o caso Para-Sar.

“Meu pai fez contatos com presidentes e ministros na tentativa de resolver o caso”, conta Oswaldo Cordeiro de Farias,



LUIS E. FORTES

Uma dúvida cerca Magalhães

Reformado em 1977 como major, João Batista Magalhães, 53 anos, mora em Goiás. Tenente do Para-Sar em 1968, é apontado como um dos que admitiram cumprir as ordens de Burnier. Magalhães nega isso até hoje.

atual vice-presidente da Companhia Vale do Rio Doce. “Não se trata da questão pessoal do capitão Sérgio”, diz o filho do marechal. “O essencial é a injustiça que esse caso representa e o exemplo histórico que configura. É necessário levar às novas gerações a verdade dos fatos, e sua re-

paração, para que eles nunca mais se repitam.” Em Campo Grande, o ex-capitão Doc Santos afirma que a resistência dos integrantes do Para-Sar mudou o curso da história do Brasil. “Se não tivéssemos reagido, este país teria virado uma republiqueta. Onde já se viu combater terrorismo com superterrorismo?”, pergunta Doc. “Seria uma coisa de louco, sem paradeiro.”

Ao contrário de Sérgio, Doc escapou ao AI-5 e passou à reserva em 1981 no posto de tenente-coronel. “Às vezes sinto um certo sentimento de culpa por não ter participado tão intensamente da luta do Sérgio”, diz. “Nunca senti medo, mas tenho temperamento reservado.” Doc gostaria de saber o que pensam hoje antigos companheiros que se alinharam com as teses de Burnier. “O que será que pensa o Guarany?”, pergunta-se. “Eles deveriam dizer a verdade, mas a escondem. Teimam em esconder a cabeça no buraco, como avestruzes.” Ainda que desejasse fazê-lo, o atual tenente-coronel Roberto Guarany, lotado no Serviço Nacional de Informações em Brasília, não poderia falar: vítima de um enfarte no último dia 14, ele no momento convalesce num hospital das Forças Armadas.

“SÓ RUMORES” — Dos oficiais acusa dos pelos antigos companheiros de terem concordado em acatar as ordens de

A radicalização explode nas ruas em 1968

O ano do caso Para-Sar foi também o ano do Ato Institucional n.º 5 — 1968 foi sobretudo o ano em que o Brasil constatou definitivamente que a radicalização e o terrorismo não eram fenômenos que só germinavam entre outros povos. Naqueles doze meses, pelo menos onze pessoas morreram em manifestações de protesto. Dez teatros que encenavam peças consideradas esquerdistas foram invadidos, alguns atores espancados, outros seqüestrados — e hoje se sabe que metade dessas ações teve o patrocínio direto do Centro de Informações do Exército (CIE). O som das bombas terroristas tornou-se familiar a algumas metrópoles e os assassinatos políticos se viram incorporados à prática de organizações clandestinas.

Extremistas de esquerda e de direita transformaram 1968 no cenário para um ensaio geral do drama que afligia o Brasil nos anos seguintes. Em São Paulo, terroristas de esquerda assassinaram o capitão americano Charles Chandler, em outubro. Ao longo do ano, terroristas de direita promoveram 24 atentados, e emergiram casos comprovados

de morte sob tortura em dependências de órgãos encarregados da repressão política.

Eventualmente, a radicalização precipitou violentos choques de rua entre bandos adversários. Ainda em outubro de 1968, na Rua Maria Antônia, em São Paulo, direitistas da Universidade Mackenzie e esquerdistas da Faculdade de Filosofia da USP travaram um combate ao fim do qual resultaram um morto e vários feridos por explosões de coquetéis molotov. Esse painel sombrio sugere que as propostas do brigadeiro João Paulo Penido Burnier aos homens do Para-Sar só chegaram a ser esboçadas porque o Brasil de 1968 começara a tornar-se um convite irresistível para radicais de todos os matizes.



GIL PASSARELLI/AGÊNCIA FOLHAS

Rua Maria Antônia: estudantes em guerra

Burnier, só o hoje maior da reserva João Batista Magalhães, 53 anos, chefe da base do Radam em Goiás, dispôs-se a falar sobre o caso na semana passada — para assegurar que em momento algum ouviu as propostas atribuídas a Burnier. Ele admite ter participado da operação de 4 de abril, mas garante que se encontrava em Curitiba a 14 de junho. “Ouvi alguns rumores quando voltei, mas foi só”, diz Magalhães, que, desquitado, mora em Goiânia. Informado de que os companheiros de 1968 seguem censurando seu comportamento durante a crise do Para-Sar, reage com aparente tranqüilidade: “Não tenho nada contra o capitão Sérgio”, diz, “e apóio sua reintegração à Aeronáutica”.

Os primeiros tempos de Doc em Campo Grande, afastado do pára-quedismo e da emoção do trabalho na selva, foram difíceis. “Às vezes ele explodia”, conta sua mulher, Maria, 51 anos. “Para que descarregasse a agressividade, eu o levava para plantar grama e mexer com a terra.” Em 1971, ele começou a dar aulas de Ginecologia e Obstetrícia na Universidade Federal de Campo Grande e a vida foi retomando seu curso normal. Doc foi secretário de Saúde de Mato Grosso do Sul entre 1981 e 1982 e depois, até 1983, foi diretor-geral do INAMPS no Estado. Mora com a mulher e dois de seus três filhos numa ampla casa com piscina, afeiçãoou-se a Campo Grande e pretende ficar por lá. Mas não se livrou por completo das algemas da memória. “Meu maior desejo é que todos conheçam a verdade nos mínimos detalhes”, diz. “É um absurdo imaginar que isso prejudicaria a imagem da Aeronáutica — muito pelo contrário.”

PERDAS IRREPARÁVEIS — Apesar de também afetado pelo furacão que surpreendeu o Para-Sar no fim dos anos 60 e seguiu fazendo estragos na década seguinte sobre o destino dos personagens do drama, Doc faz questão de observar que para alguns o fardo foi mais pesado. “Eu, antes de ser militar e pára-quedista, era médico, e exercer a profissão sempre foi para mim uma espécie de terapia”, diz. “E o Sérgio, e os sargentos? Eles não tiveram isso. Foram vidas e ideais amputados subitamente.” Doc defende com especial ardor uma reparação para o capitão Sérgio, mas ressalva que certas perdas jamais poderão ser ressarcidas. “O tempo e tantos anos de sofrimentos são coisas irreparáveis”, lamenta.

A mulher e os filhos de Sérgio de Carva-

lho confirmam que a longa e atormentada trajetória iniciada em 1968 marcou profundamente a alma e o temperamento do capitão — e compreendem que, haja o que houver, nada será como antes. “Ele se tornou um tanto amargo”, diz a jornalista e professora Sônia Maria Thedim Miranda de Carvalho, 49 anos, há 31 casada com Sérgio. “É um homem magoado”, endossa o caçula, Vinícius, 27 anos, solteiro. “Meu pai é uma pessoa sofrida”, concorda Sérgio, 28 anos, cuja filha Juliana, 6, anima o cotidiano da ampla casa da família Carvalho no Recreio dos Bandeirantes, emoldurada por plantas e guardada por cinco cães



O amargo fim da amizade

Até a reunião no gabinete de Burnier, Guarany (à dir.) era grande amigo de Sérgio de Carvalho. O caso Para-Sar abalou a amizade para sempre.

que convivem amistosamente com um gato. A primogênita, Patrícia, 29 anos, formada em Educação Física, mora em São Paulo.

Vinícius e Sérgio, ambos artesãos em fibra de vidro, viveram uma infância colorida pela presença de um típico pai-herói. “Ele chegava em casa carregando um pára-quedas, aparecia com frequência na televisão, levava os filhos para conhecer a terra dos índios”, lembra Sônia. “Nós éramos crianças das quais todas as outras sentiam inveja”, recorda Vinícius. “Quem

podia ter um jacaré na banheira? Ou um índio dentro de casa? Pois tudo isso nós tínhamos.” De repente, o sonho acabou. “De um dia para o outro, ele foi preso, virou bandido”, conta Sônia. “Na cabeça das crianças, houve uma tremenda confusão, seu mundo infantil se esfacelou. Vivíamos em suspense, e até para apanhá-las na escola havia orientações especiais: elas só deveriam ser entregues a pessoas recomendadas por nós.”

COMPANHIA SOLIDÁRIA — Segundo Sônia, o caçula foi mais castigado pela aguda reviravolta na vida familiar. “Ele se tornou um fracasso na escola”, diz. “Eu não compreendia bem o que se passava, mas sentia com intensidade as mudanças”, conta Vinícius. Já na adolescência, contudo, a imagem do pai readquiriu, a seus olhos, os contornos heróicos dos tempos da infância. “Para mim, ele continua um super-homem, um cabra-macho”, comove-se Vinícius. E seu irmão Sérgio, que no pai “um homem íntegro permanentemente em busca da justiça”.

Nessa cruzada obsessiva, que fez do capitão praticamente um homem de um assunto só, Sérgio de Carvalho teve todo o tempo a solidária companhia da mulher — mas Sônia, ao contrário do marido, preferiria ter abolido há muitos anos a palavra Para-Sar do seu vocabulário. “Na hora de lutar, estou sempre ao lado do Sérgio”, diz Sônia, hoje diretora da Divisão de Educação em Saúde da Secretaria da Saúde da prefeitura do Rio de Janeiro. “Mas não agüento mais ouvir falar nesse assunto.” Amigos do casal já viram Sônia retirar-se de mais de uma reunião tão logo alguém mencionava o caso Para-Sar.

“O mais terrível na vida de uma pessoa é ter uma coisa não resolvida no passado”, afirma Sônia. “Eu sempre tive uma ânsia muito grande de viver o presente, mas meu marido ficou preso ao passado, por falta de uma solução para o seu caso.” Agora, a solução parece próxima. Se a reabilitação do ex-capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho for efetivamente consumada pelo governo do presidente José Sarney, enfim se escreverá o epílogo de uma história iniciada há dezessete anos. A esta altura, talvez já seja tarde para que o principal personagem do caso Para-Sar planeje com tranqüilidade seu futuro — sua carreira, afinal, sofreu um hiato irremediável. Mas ele ao menos poderá libertar-se da prisão do passado e retomar a vida presente.

ISABEL CRISTINA MAUAD,
do Rio de Janeiro